

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 29 DE DEZEMBRO DE 1972

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielise Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antônio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Quielise Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silverio; Emilio Carazzai; Igo Lesso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB)

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Junior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Junior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Lesso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência

SUPLENTE
Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antônio Maciel

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sático

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente — Antonio Lopes Junior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Soto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 202.ª Sessão Ordinária
Realizada em 29 de Dezembro de 1972
(Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antonio Costa, secretariada pelos srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielise Crisóstomo.

As 10.30 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes — Antonio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielise Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Maciel — Antonio Lopes Junior — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basilio Zanusso — Borsari Neto — Candido Martins de Oliveira — David Federmann — Emilio Carazzai — Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacii — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (47).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFFÍCIOS:

Sob os n.ºs 271 e 268-72, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

111-72: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 28-72, que objetiva conceder à Petrobrás Petróleo Brasileiro S.A., isenção de pagamento do Imposto sobre transmissão de bens imóveis adquiridos com o objetivo de instalar complexo industrial inerentes as suas finalidades, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.354. — **Agradeça-se.**

1-72: do Senhor Deputado João Mansur que declara de utilidade pública, a Associação de Pais e Mestres, do Grupo Escolar Professor Brandão desta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.352. — **Agradeça-se.**

108-70: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 17-70, que dispõe sobre a doação à Fundação "Casa do Estudante Universitário do Paraná", dos lotes n.ºs 6, 7, 8, 9, 10 e 17 em nucleo Cavoca Município de Antonina, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.353. — **Agradeça-se.**

Sob os n.ºs 207; 208; 209; 210; 211; 212; 213; 214; 215; 216, 217, 218, 219; 220; 221; 222; 223; 224; 233; 234; 235; 236, 237, 238, 239, 240, 241 242 243; 244; 245; 246; 247; 248; 249; 253; 254; 262, 263, 264, 265, 266 e 267-72 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei n.ºs:

13-71: Do Senhor Deputado Francisco Escorsin, que visa autorizar o Poder Executivo, criar na cidade Ubatatã, Município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, com funcionamento a partir do próximo ano letivo. — **A C.C.J.**

290-71: Do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Astorga, uma Motoniveladora marca ADAMS, modelo 610, série 3351. — **A C.C.J.**

148-71: Do senhor Deputado Wilson Brandão, que visa delegar poderes a Fundepar para firmar Convenio com a Prefeitura Municipal de São Jorge, objetivando a construção de um prédio de alvenaria com 8 (oto) salas de aula e demais dependências, para funcionamento de um Grupo Escolar em Copacabana do Norte, Distrito do supra citado município. — **A C.C.J.**

86-71: Do Senhor Deputado Mauricio Fruet, que visa autorizar o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica, destinada à aprendizagem industrial, na Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, em Curitiba. — **A C.C.J.**

115-71: Do Senhor Deputado Wilson Brandão, que visa autorizar o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de alargamento, cascalhamento, conservação e melhoria, a estrada que liga Cruzeiro D'Oeste ao Município de Mariluz. — **A C.C.J.**

219-70: Do Senhor Ex-Deputado Estadual Tulio Vargas, que visa criar um curso colegial, anexo ao Ginásio Estadual, na sede do Município de Paisandu. — **A C.C.J.**

240-70: Do Senhor Deputado Benedito Pinto Dias, que visa criar um curso científico para funcionar a partir do próximo ano letivo no Ginásio Estadual de Assis Chateaubriand. — **A C.C.J.**

192-71: Do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que visa autorizar o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr 50,00 (cinquenta cruzeiros), à Maria Teresa Soares, filha de Aniceto Soares e Ana Luiz Alves Pereira, residente em Rio Abaixo, Município de Castro. — **A C.C.J.**

76-72: Do Senhor Deputado Alvaro Dias, que visa conceder à viúva de Suplente de Deputado Estadual que tenha exercido o mandato por tempo superior a 6 (seis) meses, pensão de valor correspondente a 1/3 (um terço) da parte fixa dos respectivos subsídios. — **A C.C.J.**

84-71: Do Senhor Deputado Nivaldo Krüger, que visa autorizar o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica, destinada a aprendizagem industrial, no Município de Guarapuava. — **A C.C.J.**

230-71: Do Senhor Deputado Nelson Buffara, que visa autorizar o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a Amado Alves Miranda. — **A C.C.J.**

18-72: Do Senhor Deputado Jorge Sato, que visa autorizar o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros), à Alfredo Soares de Freitas, ex-delegado de Polícia do Município de Colorado. — **A C.C.J.**

287-71: Do Senhor Deputado Mauricio Fruet, que visa conceder uma pensão mensal à viúva do cabo da Polícia Militar do Estado, Stzir de Souza Oliveira. — **A C.C.J.**

186-70: Do Senhor Deputado Paulo Poli, que visa autorizar o Poder Executivo criar na sede do município de São Jerônimo da Serra, uma Escola Técnica de Comércio de 2.º ciclo, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — **A C.C.J.**

295-70: Do Senhor Ex-Deputado Luiz Renato Malucelli, que visa criar um curso científico no Ginásio do Município de Colombo, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. — **A C.C.J.**

251-70: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visa autorizar o Poder Executivo criar na sede do Município de Maria Helena, uma Escola Normal de Grau Ginasial, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — **A C.C.J.**

74-72: Do Senhor Deputado Humberto Carazzai, que visa elevar para um terço dos vencimentos dos Secretários de Estado, o valor da pensão mensal concedida à senhora Sylvia Braga Munhoz da Rocha, viúva do ex-Presidente Caetano Munhoz da Rocha. — **A C.C.J.**

160-71: Do Senhor Deputado Basilio Zanusso e Ovidio Franzoni, que visa transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de melhoria e conservação, a estrada que liga a Nova Esperança a Cianorte, passando por Florai, São Carlos do Ivaí, Japurá e São Tomé. — **A C.C.J.**

120-71: Do Senhor Deputado Wilson Brandão, que visa o asfaltamento da estrada que liga a sede do Município de Dr. Camargo à Rodovia Maringá-Umuarama, através de convênio a ser firmado entre o Departamento de Estradas de Rodagem e o Executivo Municipal de Dr. Camargo. — **A C.C.J.**

189-71: Do Senhor Deputado João Mansur, que visa acrescentar ao artigo 140, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o inciso IV, assegurando vantagens por ocasião da aposentadoria, a funcionários que tenham exercido o cargo em comissão ou função gratificada na forma que especifica. — **A C.C.J.**

73-71: Do Senhor Deputado Nivaldo Kruger que visa a construção de uma ponte sobre o Rio Iguaçu, na rodovia que liga o Município de Pinhão ao de Mangueirinha. — **A C.C.J.**

28-71: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visa criar uma Escola Normal Colegial, no Município de Indianópolis. — **A C.C.J.**

185-70: Do Senhor Deputado Paulo Poli, que visa criar na sede do Distrito de Santa Bárbara, no Município de Santa Cecília do Pavão, um Ginásio Estadual para funcionar a partir do próximo ano letivo. — **A C.C.J.**

291-70: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visa criar uma Escola Normal de Diamante do Norte, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. — **A C.C.J.**

276-70: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visa criar o Ginásio Estadual de Herculândia, Município de Umuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. — **A C.C.J.**

216-70: Do Senhor Deputado Fabiano Braga Cortes, que visa criar na sede do Município de Telêmaco Borba, uma Escola Técnica de Comércio, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — **A C.C.J.**

238-70: Do Senhor Deputado Benedito Pinto Dias, que visa criar um Ginásio Estadual, no Distrito de Santa Maria, Município de Alto Paraná. — **A C.C.J.**

86-70: — Do Senhor Deputado David Federmann, que visa estadualizar o Ginásio Municipal de Carambei, no Município de Cascavel. — **A C.C.J.**

207-71: Do Senhor Deputado Emilio Humberto Carazzai, que visa criar a Faculdade de Educação, na sede do Município de Cornélio Procopio. — **A C.C.J.**

139-71: Do Senhor Deputado Wilson Brandão, que visa autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio com o Executivo Municipal de Cruzeiro Do Oeste, para pavimentação asfáltica da via que liga a sede daquele município à rodovia Maringá-Umuarama PR-86, com implantação do correspondente trevo. — **A C.C.J.**

180-71: Do Senhor Deputado Wilson Brandão, que visa transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de melhoria e conservação, a estrada que liga o Município de Maringá ao de Ivaiporã, passando por Aquidaban, Jardim Alegre, São Pedro e São João do Ivaí. — **A C.C.J.**

136-71: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visa criar na sede do Município de São Pedro do Paraná, o Curso de Ginásio Normal Colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — **A C.C.J.**

177-70: Do Senhor Deputado Paulo Poli, que visa criar na sede do Município de Santa Cecília do Pavão, um Colégio Comercial Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — **A C.C.J.**

132-71: Do Senhor Deputado Nivaldo Kruger, que visa constituir uma Companhia, sob a denominação de Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras do Paraná — CINTEAPA — com objetivo de realizar estudos e elaborar projetos de construção, melhoria e conservação de estradas de âmbito municipal, identificadas como "alimentadoras" do sistema rodoviário Estadual e Federal. — **A C.C.J.**

190-71: Do Senhor Deputado Mauricio Fruet, que dispõe que os órgãos estaduais e companhias de economia mista em que o Estado seja majoritário, somente concederão financiamentos para construção ou ampliação de indústrias que possam provocar poluição do ar água, ou solo, se no projeto das mesmas estiverem incluídas execuções de obras que garantam o adequado tratamento dos resíduos líquidos industriais e disposição de seus fluentes, bem como de outra instalações que evitem a poluição ambiental em geral. — **A C.C.J.**

157-71: Do Senhor Deputado João Mansur, que visa sobre a criação do Distrito Rodoviário de Laranjeiras do Sul, desmembrado do 5.º Distrito Rodoviário, com sede em Guarapuava. — **A C.C.J.**

110-71: Do Senhor Deputado Arizone Araujo, visando que as Entidades Assistenciais existentes no Estado, que prestam efetivamente, assistência social em todas as suas formas, fiquem isentas de impostos e taxas. — **A C.C.J.**

58-71: Do Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, que visa dispor sobre a credenciação pelo Departamento de Trânsito — DETRAN, de profissionais e entidades especializadas para a realização de exames psicotécnicos. — **A C.C.J.**

154-70: Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que visa criar uma Circunscrição de Trânsito com sede em Francisco Beltrão e jurisdição nos Municípios de Marneleiro, Enéas Marques, Salto do Lontra, Ampere, Santa Isabel Do Oeste, Realeza e Salgado Filho. — **A C.C.J.**

130-71: Do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel que visa criar um Ginásio

Estadual, no Município de Quitandinha, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A.C.C.J.

208-71: Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que visa transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem a estrada que liga o Distrito de Nova Prata, no Município de Salto do Lontra ao Porto Pereira, no Município de Capitão Leônidas Marques, passando por Nova Genebra e Linha Guarani. — A.C.C.J.

307-70: Do Senhor Deputado Paulo Camargo, que visa constituir uma fundação educacional, na sede do Município de Cruzeiro do Oeste, com a finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. — A.C.C.J.

251-71: Do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que dispõe sobre a construção através da Secretaria de Obras Públicas, de um edifício para o funcionamento do Ginásio de Adrianópolis, na sede do Município do mesmo nome. — A.C.C.J.

TELEGRAMA: Do Senhor Deputado Federal Arthur Claudino dos Santos nos seguintes termos:

Em meu nome e meus familiares vg expresso-lhe profundos agradecimentos expressões de pesar pelo falecimento meu pai vg rogando-lhe transmitir-lhes todos exmos senhores deputados pt.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 153-72.

— De autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 209-72 e para as Proposições n.s 148-72, 203-72, 204-72, 206-72; 207-72; 209-72; 212-72; 201-72; e 202-72.

— De autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Resolução n. 38-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

Vítima de acidente faleceu o Sr. Gentil Soares, Prefeito eleito de Quinta do Sol. Requeiro após se submeta à apreciação do Plenário voto de pesar pelo infausto acontecimento.

Sala das Sessões, em 29 de dezembro de 1972.

(a) — Armando Queiroz

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que ao final assina requer seja consignado na Ata de nossos trabalhos de hoje voto de profundo pesar pelo falecimento do menor Ermelino de Leão Filho, ocorrido hoje em nossa Capital.

Uma vez aprovada a presente proposição, requer ainda seja da mesma dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29 de dezembro de 1972.

(a) — Erondy Silvério.

Requerimento

Senhor Presidente:

Usando atribuições previstas em lei e regimentalmente amparadas, o Deputado que adiante subscreve requer, após anuência da Casa, que se adiante pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Viação, para que — como responsável pelo setor de comunicações, Estado, e pela representação do Governo junto à TELEPAR — digne-se responder aos seguintes quesitos:

a) — Qual o montante do dinheiro até agora arrecadado pela TELEPAR com as contribuições de promitentes usuários das vinte mil novas linhas programadas para Curitiba?

b) — De que forma está aplicado esse dinheiro para que não se deteriore pela inflação e qual o lucro de giro previsto?

c) — É verídico que a TELEPAR está exigindo um sobrepreço de dois mil cruzeiros aos adquirentes de novas linhas residentes em Santa Felicidade?

Sala das Sessões, em 28 de dezembro de 1972.

(a) — Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

O pedido de informações acima tem como objetivo complementar elementos já fornecidos à Casa pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Viação, e que motivaram envio de memorial de apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações para que reestude a forma de ampliação da rede telefônica de Curitiba, para que não seja, como está previsto, a mais cara já programada no Brasil. Denúncia trazida por promitentes usuários informam que a TELEPAR está exigindo um sobrepreço de dois mil cruzeiros aos residentes em Santa Felicidade. Se verídico, uma linha telefônica ali custará, financiada, perto de sete mil cruzeiros, quando, no mais distante bairro carioca, não chega a quatro.

PROJETO DE LEI N. 1.73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Convenção Batista Paranaense, com sede em Curitiba.

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Convenção Batista Paranaense, com sede em Curitiba — Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1972.

(a) Deputado Igo Iwant Losso

JUSTIFICATIVA:

Conforme ofício e documentos anexos ao presente projeto, vê-se que a Convenção Batista Paranaense é uma entidade própria, com sua personalidade jurídica caracterizada pelo registro dos estatutos em Curitiba, no 1.º Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas sob n. 1157, do livro "A".

Com sua sede em Curitiba, a organização atualmente congrega cerca de 13.000 membros em 99 Igrejas espalhadas por todo o Estado. Fundada em 1902, desde, então vêm os Batistas Paranaenses contribuindo decisivamente para o soerguimento espiritual e material do povo.

Exercendo um trabalho integral, segundo os ensinamentos de Cristo, a Igreja Batista não descuida de sua contribuição complementar à coletividade com o

atendimento também educacional, salutar e de assistência social. Este trabalho de manutenção e coordenação das obras é equacionado e mantido pela Convenção Batista através dos seguintes empreendimentos:

1) Um educandário para menores abandonados, já declarado de Utilidade Pública Estadual e Municipal, o conhecido Lar Batista Paranaense, com sede em Londrina, onde funciona há mais de 20 anos, abrigando atualmente cerca de 55 crianças;

2) Duas Escolas Rurais em Itaqui e Potinga no Município de Guaraqueçaba;

3) — Um dispensário médico, com uma enfermeira própria, residente na região litorânea de Tagaça — Município de Guaraqueçaba, com um atendimento de aproximadamente 400 (quatrocentas) pessoas mensalmente;

4) Um Instituto Teológico, com pensionato para moças e rapazes que cursam as escolas seculares, que abriga atualmente cerca de 100 (cem) jovens;

5) — Um Departamento de Serviço Social para atendimento e encaminhamento de enfermos aos hospitais diversos;

6) — Um jornal de grande tradição — O Batista Paranaense, com informações denominacionais e gerais, sob a sábia redação do Professor Xavier Assunção, com registro no DNPI sob n. 732.860 — classe 32;

7) — Mantenedora de um Departamento Jurídico próprio;

8) — Mantenedora finalmente de uma série de programas radiofônicos do mais alto conteúdo moral e espiritual para o povo;

Por isso tudo, e muito mais que poderia ser enumerado, a Convenção Batista presta reais e inequívocos serviços de utilidade pública e seu reconhecimento por esta Assembléia viria de encontro aos reais benefícios que tem prestado a coletividade paranaense.

Cumprindo também outro requisito estabelecido para a declaração de utilidade pública, que é a gratuidade de todos os membros de sua Diretoria (art. 13.º § único dos estatutos) a Convenção está em condições de merecer o reconhecimento proposto, razão pela qual espero a aprovação unânime da Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Mauricio Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Toda esta Casa conhece os problemas seríssimos e a forma pela qual, dia a dia, se complica mais e mais o trânsito de Curitiba. Inclusive, diversos Parlamentares solicitaram providências para que seja adotada uma medida no sentido de melhorar a situação do trânsito na Capital do Estado.

Antigamente não havia razão para se criticar a administração do DETRAN em nosso Estado, porque o órgão estadual lutava com inúmeras dificuldades financeiras. No entanto, o Fundo de Equipamento de Serviço de Trânsito oferece, atualmente, condições ideais para que o DETRAN a contento, como é sua obrigação.

Mas, como está acontecendo exatamente o contrário, sem nos referirmos aos inúmeros atropelamentos, trombadas, congestionamentos, que torturam os motoristas de praça, os amadores e os motoristas de ônibus, gostaríamos de abordar apenas um aspecto: a paralisação dos sinais de trânsito. Diariamente, recebemos telefonemas reclamando sobre sinais de trânsito que precisam trocar lâmpadas, e nos encaminhamos diretamente ao DETRAN para pedir que sejam feitos esses reparos. E este Deputado, por exemplo, quando ocorrem fatos dessa natureza imediatamente comunico pelo telefone ao DETRAN e apesar dessas comunicações terem ocorrido em diversas oportunidades, nenhuma providência é tomada por parte do DETRAN.

Este é um fato pequeno, mas que mostra a forma pela qual o DETRAN está sendo administrado e os inúmeros problemas que vem causando à população de Curitiba. Não sei qual seria a solução e o melhor caminho a se encontrar para este caso, mas acreditamos mesmo que com base nos estudos que vamos fazer durante o recesso, vamos solicitar à Mesa uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para estudar o trânsito de Curitiba e também reformas de ordem administrativa, qual seja a concessão de carteiras para motoristas. Enfim, uma série de outros problemas que atrapalham a vida dos usuários e da população do Estado.

Acreditamos que seja essa a solução ideal para se encontrar um caminho certo e fazer com que o DETRAN preste bons serviços à população e não traga essa série de problemas que todos conhecemos perfeitamente.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos nem para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Aciado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 195/72, Mensagem n.º 52/72, encaminhando anteprojeto de lei e exposição de motivos do Senhor Secretário da Fazenda, objetivando reformular a Lei do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 38-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 199/72 — aprova os termos do convênio celebrado em 26-9-72, entre o Governo do Estado do Paraná e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, referente aos Trabalhos de Promoção, Assistência e Fiscalização do Cooperativismo no Estado do Paraná. Parecer da C.C.J. favorável. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 62/72, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 17/72, solicitando autorização para doar à União Ministério da Marinha, o terreno que especifica, situado na cidade de Paranaguá. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM N.º 17/72

Curitiba, 28 de abril de 1972.

PROJETO DE LEI N.º 62/72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo doar à União, para uso do Ministério da Marinha, o terreno que especifica, situado na cidade de Paranaguá.

A medida submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa visa dar atendimento a solicitação formulada pelo Ministério da Marinha, através da Capitania dos Portos do Estado do Paraná no sentido da regularização de área já doada ao referido Ministério, conforme leis estaduais n.ºs. 2.372, de 22 de março de 1955 e 2.574, de 25 de janeiro de 1956. Nova lei de doação, revogadas as leis anteriores, se faz necessário em virtude de equívoco havido pela Donatária na ocupação da questionada área, cuja situação será definida e regularizada através da medida ora proposta, que consubstancia a correta descreção do imóvel doado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/ Capital

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à União Federal, para uso do Ministério da Marinha, um terreno de forma retangular com 49,00 metros de frente para a rua Antonio Pereira e 83,00 metros para a rua Professor Cleto, da cidade de Paranaguá, com área total de 4.076,80 metros quadrados.

Art. 2.º — Ficam revogadas as leis de n.ºs. 2.372, de 22 de março de 1955 e 2.574, de 25 de janeiro de 1956.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 62/72

AUTOR: Poder Executivo

SÚMULA: Mensagem n.º 17/72, solicitando autorização para doar à União, Ministério da Marinha, o terreno que especifica, situado na cidade de Paranaguá.

PARECER

A Mensagem faz referência a equívoco de donatária — Capitania dos Portos do Estado do Paraná — na ocupação de área doada anteriormente, através de leis anteriores.

Embora pouco explicativa e sem maiores indicações quanto à extensão ou natureza dos equívocos a que se refere, voto pelo acolhimento do anteprojeto de lei que acompanha a Mensagem, por não vislumbrar nele infringência constitucional ou colisão com lei hierarquicamente superior.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Luiz Roberto Soares — Relator

Maurício Fruct

Erondy Silvério

Ovídio Franzoni

Igo Losso

Emílio Carazzai

Santos Lima

PROJETO DE LEI N.º 62/72

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PARECER

1) — Oriundo de Mensagem Governamental, o Projeto de Lei em epígrafe autoriza o Poder Executivo doar à União, para uso do Ministério da Marinha, terreno situado na cidade de Paranaguá.

2) — O Projeto objetiva regularizar áreas de terras já doadas ao referido Ministério (Leis estaduais 2.372 de 22.3.55 e 2.574 de 25.1.56), tendo em vista engano havido na ocupação da questionada área.

3) — A medida é meramente autorizatória e nada há que se possa questionar.

4) — O nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1972.

aa) Arizone Araújo — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Marciano Baraniuk

Francisco Escorsin

Xenofonte Villanueva

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 62/72

1) — O Presente plano de lei, oriundo da Mensagem Governamental n.º 17/72, visa autorizar o Poder Executivo a doar à União Federal, para uso do Ministério da Marinha, um terreno de forma retangular com 83,00 metros para a rua Professor Cleto e 49,00 de frente para a rua Antonio Pereira, da cidade de Paranaguá, com área total de 4.076,80 metros quadrados, bem como revoga as leis de n.ºs 2.372 de 22 de março de 1955 e 2.574 de 25 de janeiro de 1956.

2) — Referida proposição já mereceu pareceres favoráveis das doulas Comissões de Constituição e Justiça e de Terras, Imigração e Colonização.

3) — Quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão examinar, não há restrições a fazer, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

Jorge Sato — Relator

João Fadel

Odilon Reinhardt

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do menor Ermelino de Leão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 153/72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Deputado Armando Queiroz, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gentil Soares. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação de Redação Final ao Projeto de Lei n.º 38/72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 209/72 e a várias Proposições. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Viação, para que, como responsável pelo setor de Comunicações do Estado e pela representação do Governo junto à Telepar digno-se a responder vários quesitos. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para o próximo dia 2 de janeiro de 1973, às 14.30 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 38/72;

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 62/72.

Levanta-se a Sessão.